

Comissariado contra a Corrupção

PARTE I

BALANÇO DAS ACÇÕES GOVERNATIVAS NO ANO 2005

O ano de 2005 foi um ano de desafios para a causa da construção de uma sociedade incorrupta. Consolidar os resultados já alcançados, assegurar a integridade e a justiça nas eleições legislativas, aperfeiçoar o sistema anti-corrupção da Administração Pública e salvaguardar os direitos e interesses legítimos dos cidadãos eram as expectativas principais da sociedade a exigir resposta. Neste contexto, e no sentido de reforçar a convicção da população na integridade, em 2005, o Comissariado contra a Corrupção empenhou-se num constante combate à corrupção, na prevenção e repressão da corrupção eleitoral em todas as suas vertentes, na promoção contínua da integridade na Administração Pública e no reforço da sensibilização para a integridade junto da juventude.

Até Setembro deste ano, foram recebidas no CCAC 861 queixas e participações, número que representa uma descida ligeira relativamente a 925 registadas em igual período do ano anterior. Do total dos casos denunciados, 61 reuniram condições para instrução, sendo 46 destes de incidência criminal. Ao juntarem-se os 71 processos transitados do ano anterior, foram tratados um total de 132 processos. Fruto de mais de seis meses de trabalho, 57 processos foram dados como findos. Nos 15 processos encaminhados para o Ministério Público, destaca-se um de crime transfronteiriço, juntamente com os relacionados com as eleições legislativas. Referimo-nos ao caso descoberto pelo CCAC, em resultado de 17 meses de investigação, em que três bancos locais foram defraudados, através de negócios fictícios, em empréstimos com cartas de crédito. Há ainda a referir que o Tribunal julgou três processos remetidos pelo CCAC.

Prevenir e combater a corrupção eleitoral constitui uma atribuição relevante do CCAC, nos termos da Lei n.º 10/2000, sua Lei Orgânica. Em Setembro de 2005 decorreram as eleições para a 3.ª Assembleia Legislativas da RAEM. O seu grau de integridade teria reflexos não só no desenvolvimento político da Região, como também na confiança dos cidadãos relativamente à construção de uma cidade íntegra no futuro. No intuito de gerar um ambiente favorável a eleições limpas e justas, foram

criados um “Grupo de Estudos Contra a Corrupção Eleitoral” e um “Grupo de Investigação da Corrupção Eleitoral”, logo nos finais de 2004. Foi definida a estratégia de “Reforço na prevenção e firmeza no combate”. De entre as medidas concretas tomadas, contam-se a melhoria das técnicas de inquérito e a investigação em tempo útil dos casos suspeitos de corrupção eleitoral; estabelecimento de um sistema de contacto com a Comissão Eleitoral da Assembleia Legislativa, para troca de ideias relativas ao combate à corrupção eleitoral e ao controle da prática de irregularidades; lançamento de “Orientações sobre Eleições Limpas para os Eleitores” e “Orientações sobre Eleições Limpas para os candidatos”, alertando de forma simples os eleitores e os candidatos para as infracções que poderiam ocorrer; instalação de uma linha telefónica aberta contra a corrupção eleitoral e promoção de acções de divulgação contra a corrupção eleitoral a todos os níveis.

Muitos foram os recursos materiais e humanos utilizados pelo CCAC na prevenção e combate à corrupção eleitoral. Apesar disso, e dada a intensidade sem precedentes da disputa eleitoral, houve, de entre os candidatos, quem tenha decidido arriscar-se. Antes e depois da votação, o CCAC recebeu um total de 647 denúncias e pedidos de informação, que viriam a resultar na instrução de 14 processos. Foram encaminhados para o Ministério Público 523 arguidos e contra 36 deles, aqui incluído um candidato, foi já deduzida acusação.

Assegurar combate permanente à corrupção e à fraude é o objectivo principal do CCAC. O desenvolvimento da ciência e da tecnologia e o crescente encobrimento e profissionalismo dos meios de corrupção lançam grandes desafios à instituição na área de investigação. Perante esta realidade, em 2005 o CCAC aumentou o investimento em recursos, apostando na melhoria das suas capacidades de investigação e no reforço da formação profissional. Enviaram-se efectivos para formação no exterior e organizaram-se acções de formação internas sobre matérias práticas. Através da sintetização das experiências de sucesso e da reflexão sobre as deficiências, procurou-se tornar o CCAC num organismo de combate à corrupção com um desenvolvimento de passo acertado com a época. Com vista à eficácia no combate ao crime de corrupção transfronteiriço, mantiveram-se os contactos e a cooperação com outras regiões, aperfeiçoando-se os sistemas de troca de informações. Os laços de intercâmbio e cooperação com a China continental e com os territórios vizinhos foram reforçados, o que favorece a luta conjunta contra este tipo de crime de corrupção.

Um total de 10.557 pessoas apresentaram a declaração de rendimentos e interesses patrimoniais em 2004, ano em que, pela primeira vez, os funcionários públicos, sem alteração de grau, situação funcional ou mudança de serviço, estavam legalmente obrigados a actualizar a sua declaração por terem decorridos cinco anos sobre a última apresentação. Em 2005, o CCAC continuou a intensificar a comunicação com os serviços públicos, organizando mais “Sessões de esclarecimentos sobre a declaração de rendimentos e interesses patrimoniais”. Com a colaboração dos funcionários públicos, o processo da declaração de rendimentos foi bem assegurado. No primeiro semestre de 2005, receberam-se 3.450 declarações. E até ao momento, nenhum funcionário foi juridicamente responsabilizado por falta da entrega da declaração ou pela sua apresentação irregular.

No âmbito da Provedoria de Justiça, nos nove primeiros meses de 2005, foram recebidas 169 queixas e participações, o que representa um decréscimo significativo em comparação com as 223 registadas em período homólogo do ano passado. Para esta diminuição terá contribuído a melhoria do funcionamento da Administração e o reforço dos serviços de informação e consulta prestados pelo CCAC. Todas as queixas recebidas foram analisadas pelo CCAC, que fez pleno uso dos meios de intervenção flexíveis previstos na lei. Melhor dizendo, esforçou-se por resolver os problemas concretos dos queixosos pelos meios julgados mais eficazes, sem prejuízo dos seus direitos e interesses legítimos. Em paralelo, prosseguiu-se com o reforço dos serviços de informação e consulta, para dar a conhecer melhor aos cidadãos o regime jurídico e o funcionamento administrativo, ficando, deste modo, facilitada aos cidadãos a escolha das vias adequadas para defender os seus direitos e interesses, o que, de resto, permite a redução de queixas desnecessárias. Até Setembro, os pedidos de informação e consulta recebidos totalizaram 490, representando um aumento de cerca de 10% relativamente a igual período do ano passado.

No referente à pesquisa de regimes jurídicos, tinha-se constatado, a partir de uma considerável quantidade de queixas, a existência de deficiências no actual procedimento acusatório e da aplicação de sanções contra as infracções administrativas, bem como interpretações diferentes na sua aplicação. Iniciou-se, no ano passado, um projecto de pesquisa sobre o “Procedimento Acusatório e da Aplicação de Sanções Contra as Infracções Administrativas”, agora em vias de conclusão, devendo o respectivo relatório e propostas de revisão ser apresentados ao

Governo a curto prazo. Este ano, desenvolveu-se um estudo sobre as “Restrições Impostas pela Lei à Acumulação de Funções Privadas pelos Trabalhadores da Administração Pública”, especialmente relativo aos conflitos de interesses ou papéis eventualmente implicados nessa acumulação, tendo por objectivo formular propostas para o seu esclarecimento.

Em 2003, o CCAC emitiu as “Instruções sobre o Procedimento de Aquisição de Bens e Serviços”, aos serviços da Administração para clarificação dos respectivos princípios e normas. Com vista à eficácia na aplicação dessas “Instruções”, que têm contado com um grande apoio e colaboração, o CCAC organizou, de forma constante, workshops e apresentou sugestões concretas, num esforço de apoiar os serviços no aperfeiçoamento dos seus regimes internos de aquisições.

Com base em acções generalizadas sobre o sentido de integridade, asseguradas durante vários anos, a estratégia de sensibilização começou, nos anos mais recentes, a virar-se para acções subordinadas a temas específicos e programadas segundo a especificidade dos destinatários. É o caso das acções de promoção de aplicação, nos serviços e institutos públicos, das “Orientações para uma Conduta Íntegra dos Trabalhadores da Administração Pública”, entretanto emitidas, e das acções visando o reforço contínuo da educação da juventude para a integridade, ao longo de 2005. A dinamização destas acções contribuiu para a criação de um ambiente social favorável ao combate à corrupção.

Assegurar um ambiente favorável a eleições incorruptas e aumentar o sentido de “eleições limpas” nos cidadãos foi o objectivo de uma série de iniciativas tomadas no âmbito da sua promoção. No decorrer do processo eleitoral, foram lançadas as “Orientações sobre Eleições Limpas para os Eleitores” e as “Orientações sobre Eleições Limpas para os Candidatos”. Realizou-se uma sessão de esclarecimento que teve como destinatários os candidatos. Várias personalidades locais foram convidadas para “Embaixadores de Eleições Limpas”. Na sensibilização dos cidadãos, transmitindo-lhe mensagens contra a corrupção eleitoral aos mais diversos níveis, recorreu-se a vídeos, programas radiofónicos, cartazes e espectáculos de variedades, materiais de divulgação de diversos géneros, à página electrónica e a palestras sobre o tema. De referir ainda que o CCAC organizou cerca de 400 efectivos do “Grupo de Voluntários para uma Sociedade” para prestarem apoio às acções de divulgação e à realização de um inquérito, com o objectivo de disseminar mais profundamente as mensagens na população.

Em princípios deste ano, o CCAC lançou as “Orientações para uma Conduta Íntegra dos Trabalhadores da Administração Pública” e as “Propostas para Elaboração do Código de Integridade para os Serviços/Instituições Públicas”. Desenvolveram-se a seguir uma série de acções enquadradas na campanha de divulgação de “Uma Boa Conduta dos Trabalhadores da Administração Pública”. Até ao momento, foram realizadas 77 sessões de esclarecimento, destinadas respectivamente ao pessoal de direcção e chefia e aos trabalhadores em geral, contando com a presença de 12.583 pessoas. O andamento da elaboração e da aplicação do código de integridade interno dos serviços continua a ser alvo de acompanhamento, até ao final do ano. O CCAC, caso seja necessário, está disponível para prestar apoio técnico à elaboração dos códigos, através do sistema de contacto entretanto estabelecido. Para além disso, 717 funcionários públicos, provenientes de vários serviços e distribuídos por categorias e áreas funcionais diversas, estiveram presentes em 15 palestras sobre o combate à corrupção, o procedimento de aquisição de bens e serviços e a declaração de rendimentos e interesses patrimoniais, respectivamente.

Formar os jovens com uma concepção correcta de valores, de uma moral íntegra e espírito cumpridor da lei tem sido um projecto prioritário do CCAC na área da sensibilização. Em 2005, prosseguiu-se com a realização da “Semana da Integridade”, no âmbito do “Projecto de Educação da Juventude para a Honestidade”, que teve lugar no Colégio Mateus Ricci, na Escola Secundária Pui Cheng e na Escola Portuguesa. Com esta actividade pretendeu-se, em complementaridade com as actividades e aulas de formação cívica nas escolas, inculcar valores correctos nos estudantes do ensino secundário. Por outro lado, até Setembro do ano em análise, 2.373 estudantes provenientes de 20 escolas primárias participaram em palestras subordinadas ao tema “Nova Geração Íntegra”, num total de 61, realizadas na Delegação do CCAC; e nas 19 palestras sobre a integridade organizadas pelo CCAC, participaram, por convite, cerca de 835 estudantes do ensino secundário.

Para promover a educação para a honestidade dos estudantes do ensino primário, em Fevereiro de 2003 o CCAC lançou, pela primeira vez, um material didáctico, intitulado “Honestidade e Integridade”. Ao longo de quase três anos, o livro foi bem acolhido e usado em 90% das escolas públicas e privadas, o que leva a crer que a promoção desta edição deu resultados.

Procedeu-se à revisão do livro dois anos após o seu lançamento, tendo em consideração as valiosas opiniões das escolas que o usaram. Produziu-se, entretanto, um conjunto de materiais de apoio ao livro, designadamente um CD-Rom, um guião e máscaras para peças teatrais, jogos de palavras, cartões para “Contar histórias a partir das imagens”, envelopes selados “Carta ao Guilherme” e pautas musicais e letras de canções sobre a integridade; tudo com o objectivo de facilitar aos alunos a compreensão dos conceitos de integridade e rectidão, com recurso a meios multimédia e diversificados.

Em 2005, a Delegação do CCAC entrou no seu segundo ano de funcionamento. Num esforço visando expandir as relações comunitárias, empenhou-se em conhecer melhor as expectativas das diversas comunidades relativamente ao combate à corrupção e em promover a sensibilização para a integridade, nomeadamente através da troca de visitas com as associações e da prestação de apoio à organização de actividades comunitárias. Com a criação da Delegação, ficou facilitada aos cidadãos a apresentação de queixas. Até Setembro, 278 pessoas apresentaram aí queixas e participações e pedidos de apoio e informação.

No capítulo da manutenção do intercâmbio e cooperação com as instituições congéneres de outras regiões, em 2005 o CCAC esteve representado na 22.^a Conferência de Ombudsmen da Região Australo-Pacífica, sob a égide do Instituto Internacional do Ombudsman, em Wellington, Nova Zelândia, no 2.^o Colóquio Luso-Brasileiro de Ouvidores Públicos/Provedor de Justiça, em Lisboa, Portugal, e na 2.^a Conferência de Procuradores Gerais da China e dos Membros da União dos Países do Sudeste Asiático, em Bangkok, Tailândia. Em Julho deste ano, uma delegação do CCAC deslocou-se à Tailândia e à Malásia, tendo visitado os organismos de combate à corrupção e de provedoria de justiça dos dois países. Importância foi igualmente dada ao contacto e comunicação com as associações locais, que foram ouvidas sobre a promoção da integridade.

Tal como nos anos anteriores, em 2005 o CCAC solicitou a uma instituição académica um inquérito sobre a situação da integridade na Região. Segundo os resultados, 6% dos inquiridos disseram que o número dos casos de corrupção de que eles próprios, seus familiares ou amigos tiveram conhecimento desceu ligeiramente em comparação com o ano passado; a percentagem dos cidadãos dispostos a denunciar os caso de corrupção de que tiverem conhecimento continua a subir, atingindo 90,1%; os cidadãos mostram-se menos tolerantes relativamente à corrupção e 85% dos inquiridos estão otimistas quando à transformação futura de Macau numa cidade íntegra; 91% dos cidadãos declaram apoiar o combate à corrupção. Daí se conclui que a construção de uma sociedade íntegra corresponde à expectativas da maioria da população.

No entanto, constata-se que os meios de corrupção são cada vez mais encobertos e especializados, à medida que o desenvolvimento acelerado da economia, a diversificação dos interesses sociais e a intensificação dos contactos com o exterior proporcionam mais oportunidades para a prática de corrupção e fraude. Muitos desafios terão certamente que ser enfrentados no futuro. Ciente desta realidade, o CCAC fará todo o possível para cumprir as atribuições que lhe estão conferidas pela lei, dando resposta à expectativa dos cidadãos de Macau.

PARTE II

LINHAS DE ACÇÃO GOVERNATIVA PARA O ANO 2006

Em 2006, para além de aprofundar as acções já iniciadas, o CCAC procurará reforçar a sua capacidade de intervenção no combate à corrupção e divulgação dos serviços prestados no âmbito da provedoria de justiça. Esforçar-se-á por assegurar, dentro das atribuições da instituição, a efectividade do controle das áreas mais expostas à corrupção e respectivas acções de prevenção, com base no estudo profundo de alguns dos problemas que o rápido desenvolvimento económico poderá originar; procederá à sintetização das experiências adquiridas nas eleições relativas às duas legislaturas que decorreram na RAEM e formulará propostas de melhoria sobre possíveis deficiências legislativas; valorizará o sistema integral de provedoria de justiça, promovendo simultaneamente a investigação de casos e a pesquisa de regimes jurídicos e do funcionamento, de modo a, gradualmente, suprir as lacunas dos regimes e erradicar os maus hábitos na administração pública, retirando assim a margem para prática de corrupção e fraude; reunirá numa edição os casos tratados ao longo dos vários anos na área da provedoria de justiça, contribuindo para a melhoria dos aspectos em causa. Ao mesmo tempo, promoverá acções de sensibilização em formas diversificadas, num esforço contínuo de dar a conhecer melhor aos cidadãos a promoção da integridade social; promoverá permutas a diferentes níveis com os funcionários públicos, procurando obter o seu apoio no combate à corrupção; expandirá as relações comunitárias, para que toda a população se junte à nossa vigilância; reforçará o intercâmbio internacional; procurará melhorar, em múltiplas vertentes, o grau da integridade de Macau.

Na área do combate à corrupção, o CCAC continuará a desenvolver a investigação de actividades suspeitas de corrupção, orientando-se pelo princípio de “investigar todos os indícios e intervir sempre que haja suspeitas fundamentadas”, por forma a reforçar a confiança da população na luta contra os corruptos. Confrontado com a tendência de internacionalização, profissionalização e encapotamento que o crime de corrupção evidencia, apostará no aperfeiçoamento e melhoria constantes das técnicas de investigação, nomeadamente através do ajustamento e redimensionamento relativos à recolha de informações, técnicas de investigação, distribuição de recursos

humanos e equipamentos especializados, sempre com o objectivo de melhorar integralmente a capacidade de investigação anti-corrupção. Em simultâneo, continuará a alargar os contactos e cooperação a nível internacional e a reforçar e aperfeiçoar os meios de permuta de informações de todos os tipos.

Perante a crescente dinamização das actividades empresariais, em resultado do grande esforço empreendido pelo Governo da RAEM para o desenvolvimento económico e melhoria do ambiente de investimentos, o CCAC continuará a dar atenção e estudará em profundidade os factores que originem ou alimentem a corrupção e a fraude naquelas áreas. Dentro das suas atribuições, reforçará a vigilância e definirá estratégias de prevenção e combate à corrupção, de modo a controlá-la efectivamente. Para além disso, desenvolverá iniciativas apelando ao cumprimento da lei, autodisciplina e integridade no exercício da actividade empresarial, procurando criar um ambiente íntegro para o investimento.

Nos dois processos eleitorais de 2001 e 2005, o CCAC adquiriu grande experiência no combate à corrupção. Com base na sintetização e estudo profundo dessa experiência, será elaborado um relatório, onde serão também apresentadas propostas relativas às lacunas legislativas, para referência do Governo da RAEM, pretendendo-se assim melhorar o processo eleitoral e reduzir a prática de actos de corrupção e irregularidades eleitorais.

Na área da provedoria de justiça, explorando a combinação orgânica dos serviços de consulta, investigação de casos e pesquisa de regimes jurídicos e do funcionamento, e em obediência aos de legalidade, justiça e eficácia, o CCAC procurará desempenhar activamente o seu papel de mediador de litígios e promover, simultaneamente, o aperfeiçoamento dos regimes e dos procedimentos administrativos, fundamental para reduzir as irregularidades administrativas e prevenir a ocorrência da corrupção e fraude.

Em 2006, o CCAC continuará os seus esforços, investigando com isenção e independência, recorrendo a meios diversificados e pragmatismo, para correcção das medidas administrativas inadequadas, promoção da legalidade nos serviços da Administração Pública e eliminação gradual de vícios e maus hábitos aí enraizados, assegurando o tratamento dos cidadãos com legalidade e justiça.

Através da pesquisa de regimes jurídicos, serão profundamente desenvolvidos o estudo e análise de leis e regulamentos dos serviços e instituições públicos, especialmente os estreitamente ligados à vida da população, e apresentadas propostas de alteração relativamente às matérias omissas ou desactualizadas. Serão estabelecidas parcerias com mais serviços públicos na pesquisa do funcionamento, aperfeiçoando o funcionamento e os procedimentos administrativos nas suas vertentes mais abrangentes.

Na sequência do lançamento, em 2005, das “Orientações para uma Conduta Íntegra dos Trabalhadores da Administração Pública” e das “Propostas para Elaboração do Código de Integridade para os Serviços/Instituições Públicas”, o CCAC fará acompanhamento da aplicação destas duas brochuras nos serviços públicos. Procurará conhecer as dúvidas eventualmente existentes e propor soluções viáveis, assim como uniformizar, dentro do possível, os critérios seguidos por diferentes serviços. Prosseguirá com a realização de palestras sobre “Carácter Nobre, Conduta Íntegra” destinadas aos funcionários públicos, numa perspectiva de os consciencializar para a ética no exercício de funções públicas.

Relativamente às restrições que a lei impõe ao exercício de actividade em regime de acumulação pelos trabalhadores da Administração Pública, especialmente quando tal exercício implicar conflito de interesses ou de papéis, o CCAC continuará com o estudo integral da matéria e a fazer o respectivo acompanhamento, para depois formular sugestões para o aperfeiçoamento dos regimes vigentes. No tocante ao projecto de pesquisa do procedimento acusatório e da aplicação de sanções contra as infracções administrativas, será entregue ao Governo, dentro do breve, um relatório, com as propostas de alteração ao respectivo regime.

No que se refere aos problemas persistentes no regime de aquisição de bens e serviços, o CCAC continuará a manter a troca de impressões com os serviços e a apresentar opiniões concretas, prestando assim apoio para o aperfeiçoamento dos regimes internos dos serviços, nesta área.

Em contraste com o rápido crescimento económico de Macau nos últimos anos, está a desactualização de alguma legislação, o que muitas vezes causa inconvenientes à população, ao desenvolvimento económico e ao funcionamento da Administração Pública. Face a esta situação, que é motivo de insatisfação dos cidadãos, o CCAC propõe-se formular sugestões para a sua melhoria, com base num estudo profundo sobre os casos denunciados e tendo em conta a realidade do desenvolvimento social, por forma a promover a actualização da legislação de Macau.

Há ainda a referir que os casos mais frequentes e representativos de entre os tratados pelo CCAC na área da provedoria de justiça, ao longo dos anos, serão reunidos numa edição, que pretenderá ser uma referência tanto para os serviços da Administração Pública como para os cidadãos. O objectivo consiste em, por um lado, reduzir a prática de ilegalidade e irregularidade administrativas e, por outro lado, dar a conhecer melhor aos cidadãos o funcionamento da Administração Pública e os seus regimes jurídicos, no sentido de reduzir os mal-entendidos e querelas.

Promover a divulgação e sensibilização para a integridade constitui um projecto importante e de longo prazo do CCAC. Fruto de seis anos de esforço, assiste-se, de um modo geral, a um desenrolar pleno e sistematizado das acções nesta área, ficando assegurada a disseminação, ampla e eficaz, das mensagens de integridade em todo o Território, por mais diversas que sejam as vias ou os destinatários. Acresce o aprofundamento das acções no plano das relações comunitárias, tendo presente que o estabelecimento de contactos estreitos com os cidadãos se vem revelando crucial para neles inculcar o sentido da integridade.

Acompanhando os saltos do desenvolvimento económico da RAEM, os diferentes estratos sociais viverão novas realidades, a níveis diversos. As mudanças da conjuntura social serão alvo de acompanhamento e avaliação constantes pelo CCAC, com o objectivo de proceder oportunamente à adaptação das estratégias de sensibilização, visando os melhores resultados possíveis.

O curso de generalização dos conceitos de anti-corrupção que teve como destinatários os trabalhadores da Administração Pública já terminou há muito e decorre agora a realização de palestras sobre integridade concebidas segundo as especificidades dos destinatários. Apesar disso, o CCAC continuará a fazer tudo ao seu alcance para promover a ética exigida ao exercício de funções públicas, especialmente em funções de direcção e chefia, para que a consciência de rectidão e integridade se enraíze.

No que se prende com a sensibilização da juventude, e na sequência do lançamento do livro do ensino primário, “Honestidade e Integridade”, o CCAC preparará em 2006 a edição de um outro material didáctico, agora destinado aos estudantes do ensino secundário. O projecto tem por objectivo inculcar o sentido da integridade nos jovens, de forma mais directa e próxima, e fornecer materiais mais completos e sistematizados para a sua educação, visando a sua formação moral e a concepção de correctos valores da vida.

Para aprofundar a divulgação e sensibilização, é indispensável alargar as relações comunitárias e, no ano que vem, o CCAC continuará a manter o contacto com as diferentes comunidades, para conhecer as suas expectativas relativamente ao combate à corrupção. Procurará divulgar mensagens de integridade junto dos cidadãos pelos meios que mais lhes agradem, bem como os exortará a desempenhar um papel fiscalizador e vigilante, contribuindo para a luta contra a corrupção.

Levar por diante o combate à corrupção, é uma responsabilidade pesada e com um caminho longo. Numa sociedade em constante evolução os cidadãos mostram-se cada vez mais exigentes sobre a integridade. Ciente disso, em 2006, o CCAC continuará a empenhar-se em dar resposta às expectativas da população, salvaguardar os direitos e interesses legítimos dos cidadãos e combater a corrupção e fraude com isenção, dando assim o seu contributo para a construção de uma sociedade limpa.